



## **PREGÃO ELETRÔNICO**

**43/2026**

**90043/2026 - (Compras.gov.br)**

## **CONTRATANTE (UASG)**

**(986713)**

## **REPARTIÇÃO INTERESSADA**

Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar

## **OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, SEXO MASCULINO E FEMININO, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

## **VALOR TOTAL ESTIMADO**

R\$ 4.664.184,60 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 07/07/2026 às 09 horas (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço por Item

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 2**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - PROCESSO - SEI Nº 3530607.422.00014593/2026-11**

Torna-se público que a **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, sediada na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, por meio da **Secretaria Municipal de Saúde e Bem - Estar**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, Decreto Municipal nº 22.144, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 22.435, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 22.449, de 11 de janeiro de 2024, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Os regulamentos supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes>.

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, SEXO MASCULINO E FEMININO, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em **ITENS**, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** A execução dos serviços, bem como os prazos e demais quesitos, deverão ser cumpridos rigorosamente de acordo com o constante do **Anexo I - Termo de Referência**.

**1.4.** Fica vedada a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, bem como a participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que se trata de demanda específica da Prefeitura de Mogi das Cruzes, sendo este o único contratante.

**1.5.** Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens CATSER mais semelhantes aos descritos no Termo de Referência. Havendo divergência entre a descrição dos serviços existentes e as utilizadas pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Termo de Referência.



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 3**

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**2.1.** Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes à Administração Municipal, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

**2.2.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

**2.3.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.4.** Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.** A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4.** Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 4**

14 de dezembro de 2006, serão observadas as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual- MEI.

**3.5.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.1.** Serão aplicadas as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

**3.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou documento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 5**

---

**3.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.6.9.** aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços, agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7.1.** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.8.** O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** No que concerne aos **itens 3.6.2 e 3.6.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.11.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.11.1** Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 6**

com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos **itens 4.4.1 e 4.4.2** subsequentes.

**4.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**4.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 7

**4.4.3.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no **item 4.4.1** ou no **item 4.4.2**, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.4.4.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.5.** Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.5.** A falsidade da declaração de que tratam os **itens 4.3 e 4.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 8**

---

**5.1.1.** Valor unitário e total do Item

**5.1.2.** Marca e modelo (quando necessário)

**5.1.3.** Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

**5.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**5.6.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**5.6.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 9

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**5.10.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte da detentora da Ata pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da Ata de Registro de Preços.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 10

abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

**6.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 11

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do **item 3.5**.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

**6.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 12

**6.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.19.2.2.** empresas brasileiras;

**6.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.19.3.** Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.19.4.** Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.20.1.** Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**6.20.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

**6.20.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 13**

**6.20.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

**6.21.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**7. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**7.1.6.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

**7.2.** A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica licitante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 14

Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput).

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.5 e 4.4** deste Edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**7.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o **item 7.6**, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do **item 8**.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** conter vícios insanáveis;

**7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

**7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 15

**7.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**7.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**7.9.1.** O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**7.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.10.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**8.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**8.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.4. Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 16**

Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**8.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.8. Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**8.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

**8.11.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**8.12.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (inexistência de débitos em dívida ativa) quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**8.13.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar nº 116/2003,



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 17**

relativos aos débitos inscritos em Dívida Ativa.

**8.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.17.** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.18.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.19.** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

**8.19.1.** As empresas com sede no Estado de São Paulo deverão apresentar a **Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações** expedida via sistema **e-Saj**, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**, e também a Certidão emitida pelo seu sistema **eproc**, denominada "**COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL**", podendo o Agente de Contratação diligenciar a sua complementação, de ofício, exclusivamente quando alguma delas não for enviada pelo licitante;

**8.20.** Sites para a obtenção das certidões do **item 8.19.1**, conforme os links disponibilizados pelo **TJSP** em <https://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia>:

a) sistema **e-Saj**: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

b) sistema **eproc**: <https://certidoes.tjsp.jus.br/>

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 18

**8.21.** Comprovação de aptidão da proponente por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica, que comprovem que a licitante tenha fornecido/prestado serviços similares ao objeto da licitação, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o quantitativo mínimo correspondente a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021.

**8.21.2.** Será aceito somatório de atestados.

**8.21.3.** Na hipótese de consórcios aplicar-se-ão as regras previstas no art. 67, §10 e §11 da Lei Federal 14.133/2021.

**8.21.4.** No caso de atestados obtidos em fornecimentos executados em consórcio serão considerados apenas os fornecimentos efetivamente executados pela licitante, comprovados com o termo de constituição do consórcio e/ou dentro de seu percentual de participação no contrato.

**8.21.5.** O(s) atestado(s) de fornecimento(s) deverá(ão) ser compatível(is) ao objeto.

**8.21.6.** Não será aceito nota fiscal como atestado.

### **8.22. OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

**8.22.1. Declaração** de que atende a todas as exigências técnicas e assistenciais constantes do Termo de Referência e que possui as instalações mínimas e infraestrutura física nos moldes exigidos e que compromete-se a apresentar a equipe técnica completa conforme exigido no subitem 4.1.17 do Termo de referência, acompanhada dos registros profissionais, **em até 05 (cinco) dias após ser declarada vencedora do certame.**

**8.22.2. Declaração se comprometendo a apresentar**, caso declarada vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a documentação abaixo, conforme exigido no Termo de Referência - Anexo I do Edital:

a) Alvarás e Registros: AVCB (Bombeiros), Alvará Sanitário, Alvará de Funcionamento .

b) Conselhos e Cadastro: Registro de Pessoa Jurídica no CRM e comprovante de inscrição ativa no SCNES (Clínica Especializada).

c) Manuais Assistenciais (PTI e POP): Projeto Terapêutico Institucional (PTI) com rotinas e atividades; Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) incluindo fluxos de atendimento, medicamentos e contenção.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 19

### **8.23. Tratando-se de consórcio:**

**8.23.1.** Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a)** Designação do consórcio e sua composição;
- b)** Finalidade do consórcio;
- c)** Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d)** Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e)** Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f)** Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução da Ata de Registro de Preços, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g)** Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h)** Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

**8.23.2.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

**8.23.3.** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 20

**8.23.4.** A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

**8.23.5.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.23.6.** A Equipe de Apoio Técnico da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar realizará Visita Técnica ou Vistoria, conforme previsão constante da Lei Federal n 14.133/2021.

**8.23.7.** Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.23.8.** Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

**8.23.9.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.24.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.25.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que vigente e compatível com o objeto da licitação, devendo o licitante apresentar eventual documentação complementar não contemplada no referido cadastro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**8.26.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.27.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 21

para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.28.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.29.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

**8.29.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.30.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.30.1.** A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.31.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.31.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.32.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.32.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.33.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 22

**8.33.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**8.33.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.34.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.35.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no **item 7.6.1.**

**8.36.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

**8.37.** Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do **item 3.5.**

**8.38.** A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no **item 15** deste Edital.

**8.39.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**9.1.** O Registro de Preços regula-se pelas normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente pelos arts. 82 a 86, com observância das demais normas complementares que regulam a matéria.

**9.2.** Será assinada Ata de Registro de Preços pelas partes, conforme minuta anexa a este edital, considerando-se como parte integrante da mesma, além das condições deste edital e da proposta e demais normas legais que regem as licitações e contratos administrativos.

**9.3.** Julgada a licitação, após homologado o resultado da licitação, o(s) licitante(s) mais bem classificados será(ão) notificado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme modelo



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 23

anexo a este edital, na presença de duas testemunhas, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.

**9.4.** Os preços registrados, com a indicação dos fornecedores, serão divulgados no PNCP e disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**9.5.** Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas neste **item 9**, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no **item 11** deste Edital.

**9.6.** A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa para executar o mesmo objeto, desde que esta contratação não implique perda de economia de escala e na forma do art. 49 da Lei 14.133/2021.

**9.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.8.** O COMPROMISSO DE FORNECIMENTO SÓ ESTARÁ CARACTERIZADO MEDIANTE O RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

### **10. DA OBRIGATORIDADE DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FRAUDE À LICITAÇÃO E ATUAÇÃO DA LICITANTES EM CONLUIO:**

**10.1.** O Pregoeiro, Autoridade Superior ou Agente Público responsável pelo controle interno, poderá realizar diligências junto ao Portal Compras.gov, a qualquer momento do certame, ou mesmo após seu encerramento, para identificar eventuais indícios da atuação conjunta de licitantes (em conluio) e fraude à licitação, verificando, no mínimo, os seguintes aspectos:

**10.1.1.** Participação de licitantes distintas que tenham utilizado a mesma chave de acesso associada a um único representante (pessoa física) para registrar propostas no mesmo item ou lote no certame;

**10.1.2.** Registro de propostas e/ou lances, no mesmo item ou lote do certame, por duas ou mais licitantes que apresentem vínculos que possam indicar relacionamento prévio e atuação coordenada, tais como:

**a)** Submissão de propostas, lances ou documentos a partir de um mesmo endereço de IP (Internet



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 24

Protocol);

**b)** Identidade de sócios, administradores, representantes legais ou procuradores;

**c)** Compartilhamento de endereço comercial, estrutura física, e-mail ou número de telefone, e outros dados congêneres;

**d)** Utilização do mesmo contador, ou consultor para a submissão da proposta, lances ou documentos.

**10.2.** Para a realização das diligências mencionadas no **item 10.1**, o Pregoeiro, a Autoridade Superior ou o agente público incumbido do controle interno deverá:

**10.2.1.** Encaminhar solicitação formal ao Portal Compras.gov, por e-mail ou outro meio formal de comunicação escrita, requerendo as informações necessárias para a verificação dos aspectos listados acima;

**10.2.2.** Anexar aos autos do processo administrativo licitatório todas as comunicações realizadas com o Portal Compras.gov, bem como as respostas e informações obtidas, inclusive os eventuais esclarecimentos prestados a respeito, pelas licitantes envolvidas.

**10.3.** A identificação de uma ou mais das situações descritas nos **subitens 10.1.1 e 10.1.2**, analisada em conjunto com o comportamento das licitantes na submissão das propostas, fase de lances, envio de documentos, ou quaisquer outros elementos verificados no transcorrer da licitação, constitui indício de fraude ao caráter competitivo do certame e de atuação em conluio das licitantes.

**10.4.** A presença de indícios da atuação de licitantes em conluio, visando fraudar o caráter competitivo da licitação, ensejará a abertura de processo administrativo sancionatório pela Autoridade Superior, para os fins de aprofundamento da apuração e aplicação das penalidades cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na esfera cível e penal, e a comunicação do fato aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

**10.5.** Ocorrendo a hipótese dos **itens 10.3 e 10.4**, o Pregoeiro, no exercício do controle interno decidirá pela imediata suspensão da licitação, para posterior adoção das medidas cabíveis, conforme o caso e, segundo o que estabelece a legislação vigente.

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 25

**a)** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

**b)** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**11.2.** As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

**11.2.1.** A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2.** Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste **item 11** e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 26

**12.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**12.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Gestão e Contratações Públicas, localizado na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar - Centro Cívico - Prédio Sede da Municipalidade, no horário das 8h00 às 17h00.

## 13- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

**13.1.** Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

**I** - dar causa à inexecução parcial do contrato (Ata de Registro de Preços);

**II** - dar causa à inexecução parcial do contrato (Ata de Registro de Preços) que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III** - dar causa à inexecução total do contrato (Ata de Registro de Preços);

**IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 27

- VI** - não celebrar o contrato (Ata de Registro de Preços) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (Ata de Registro de Preços);
- IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (Ata de Registro de Preços);
- X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Pelas infrações previstas no **item 13.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I** – Advertência;
- II** – Multa;
- III** – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.2.1.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato (Ata de Registro de Preços);

**13.2.2.** A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 13.1**, observados os seguintes limites máximos:

- a)** nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;
- b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;
- c)** Em caso de não entrega do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

**13.2.3.** A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **item 13.1** deste edital.

**13.2.4.** A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **item 13.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 28

a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no **item 13.2.3** deste edital.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**13.5.** As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

**13.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.7.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser realizadas por meio do endereço eletrônico: **[pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br)** e **[cristiane.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br](mailto:cristiane.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br)**.

**14.2.1.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no Portal Compras.gov, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**14.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 29

**14.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

**14.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.4.1.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

**14.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**14.6.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**14.7.** A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.1.1.** Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**15.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**15.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 30

**15.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.7.** Os casos omissos operacionais relativos à sessão pública serão resolvidos pelo pregoeiro.

**15.8.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.10.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**15.10.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**15.10.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.11.** Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**15.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no site da Prefeitura (<https://licitacao-mgcon.mogidascruzes.sp.gov.br>).

**15.13 .** Em caso de dúvidas poderá ser realizado contato telefônico através dos números: (11) 4798 -5554 / 4798 -7438.



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 31**

**15.14.** Os casos omissos serão dirimidos pela **Secretária Municipal de Saúde e Bem - Estar**, com observância da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 17.500/2018 com suas alterações posteriores.

**15.15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**15.15.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**15.15.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

**15.15.3.** ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços.

Mogi das Cruzes, em 18 de junho de 2026.

**REBECA RIBEIRO BARUFI ORECHOWSKI**

Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 32

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. A e art. 40, § 1º da lei 14.133/21, inc. I e II):

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, SEXO MASCULINO E FEMININO, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas neste termo.

Item	CATSER	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	16586	48	MÊS	2.08.34.0061-0 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADULTOS PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA – SEXO MASCULINO/ INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA</b>  Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada) O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 11.207,63	R\$ 537.966,24
02	16586	36	MÊS	2.08.34.0062-8 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADULTOS PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA - SEXO MASCULINO/ INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA</b>  Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar	R\$ 11.825,57	R\$ 425.720,52

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 33

				quantidade estimada) O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.		
03	16586	36	MÊS	2.08.34.0089-0 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA - SEXO MASCULINO / INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada) O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 11.304,26	R\$ 406.953,36
04	16586	48	MÊS	2.08.34.0090-3 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA - SEXO MASCULINO / INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada) O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 11.258,42	R\$ 540.404,16
05	16586	36	MÊS	2.08.34.0091-1 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA - SEXO FEMININO / INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do	R\$ 11.394,20	R\$ 410.191,20

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 34

				período de internação (verificar quantidade estimada) O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.		
06	16586	48	MÊS	2.08.34.0092-0 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA TRATAMENTO DE DEPENDENCIA QUIMICA - SEXO FEMININO / INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada). O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 11.334,20	R\$ 544.041,60
07	14060	36	MÊS	2.08.34.0093-8 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL- SEXO FEMININO / INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada). O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 10.185,91	R\$ 366.692,76
08	14060	48	MÊS	2.08.34.0094-6 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRTAMENTO AMBULATORIAL - SEXO FEMININO /</b>	R\$ 10.329,91	R\$ 495.835,68

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 35

				<b>INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada). O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.		
09	14060	36	MÊS	2.08.34.0108-0 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL - SEXO MASCULINO / INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada). O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 11.147,37	R\$ 401.305,32
10	14060	48	MÊS	2.08.34.0109-8 <b>SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTE PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL - SEXO MASCULINO / INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA.</b> Período de internação: 01 a 12 meses, conforme necessidade Número de pacientes: a depender do período de internação (verificar quantidade estimada). O valor apresentado deverá ser referente a internação de 1 mês por paciente.	R\$ 11.147,37	R\$ 535.073,76

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 36**

<b>Valor Total Estimado: R\$ 4.664.184,60</b>
---

**(\*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens CATSER mais semelhantes aos descritos neste Termo de Referência. Havendo divergência entre as descrições dos serviços existentes e as utilizadas pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer as estabelecidas neste Termo de Referência.**

**1.1.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme estabelecido em Decreto Federal nº 10.818 de 2021, que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.2.** O objeto desta contratação é caracterizado como comum, com características e especificações usuais de mercado. Ademais, esclarecemos que utilizaremos as especificações utilizadas nas contratações anteriores com o mesmo objeto.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogados por mais 12 (doze) meses, bem como renovados os quantitativos iniciais.

**1.4.** Os serviços de internação serão requisitados parceladamente de acordo com a necessidade da Administração Pública, mediante Ordem de Serviço, onde serão indicados os dados necessários para sua execução.

**2. FUNDAMENTAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, AL. B)**

**2.1.** A descrição de dolição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

**2.2.** O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratação Anual (PCA), do ano de 2026, com prioridade alta.

**2.3.** Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP, para prestação de serviços especializados de Internação para tratamento de Dependência Química e Transtornos Mentais Resistentes a Tratamento Ambulatorial para Adultos e Adolescentes, sexo Masculino e Feminino, de acordo com a legislação específica

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inc. XXIII, AL. C)**

**3.1.** Fora verificado que as Ordens Judiciais com pedido de Internação Compulsória e/ou Involuntária, que chegam para cumprimento desta Secretaria Municipal de Saúde, chegam



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 37

normalmente com prazo exíguos, portanto sem tempo para outro tipo de contratação, que não por ATA de Registro de preço, tendo em vista a natureza do objeto e sua impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública. O serviço contratado deverá prestar atendimento de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme segue:

### 3.1.1. Atender Adolescentes:

- De acordo com a Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- Lei Federal nº 13.840 de 5 de junho de 2019, que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, especificamente, art.23-A da referida Lei.
- De acordo com a Lei Federal nº 8.089 de 13 de julho de 1990 (ECA);
- Nota Técnica CIB/SP 118, de 21/12/ 2018, a qual recomenda para o Estado de São Paulo que, as internações de crianças (até 12 anos incompletos) devem sempre ocorrer em leitos nas enfermarias pediátricas de hospitais gerais.
- Resolução nº 249 de 10 de julho de 2024, que dispõe sobre a proibição do acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas.
- Parecer do CREMESP nº 6.769/2010 – Que versa sobre as Internações Psiquiátricas de Crianças e Adolescentes: “ Portanto, é vedada a permanência de crianças e adolescentes em leitos hospitalares psiquiátricos situados na mesma área de abrigo (quarto, enfermaria ou ala) de adultos, e mesmo a convivência em atividades recreativas ou terapêuticas em ambiente comuns”.
- Elegíveis para as modalidades de internação descritas neste Termo de Referência os Adolescentes com idade entre 12 (doze) anos completos e 18 (dezoito) anos incompletos.

### 3.1.2. Atender Adultos:

- De acordo com a Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- Lei Federal nº 13.840 de 5 de junho de 2019, que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, especificamente, art.23-A da referida Lei.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 38

- Portanto, são elegíveis para a modalidade de usuário descrita nesse Termo de Referência, os adultos acima de 18 anos de idade;

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inc. XXIII, AL. D)**

**4.1.** Para garantir a qualidade dos materiais e padrão de qualidade mínima necessária, para a habilitação, deverá ser garantido:

**4.1.2.** Garantir o modelo de atendimento assistencial em saúde mental pautado na Lei 10.216/2001;

**4.1.3.** Garantir o cumprimento do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente;

**4.1.4.** Lei Federal nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica): Esta lei dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, garantindo o acesso ao tratamento adequado, a humanização do atendimento e a desinstitucionalização. Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.821/2007: Esta resolução estabelece normas para o funcionamento de serviços de atenção à saúde mental e define diretrizes para o tratamento de pacientes com transtornos mentais, incluindo dependência química.

**4.1.5.** Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC nº 29/2011: Esta resolução dispõe sobre as normas de funcionamento de serviços de saúde mental, estabelecendo requisitos técnicos para o funcionamento de instituições que oferecem tratamento psiquiátrico e de dependência química.

**4.1.6.** Lei Federal nº 11.343/2006 (Lei de Drogas): Esta lei define os crimes relacionados ao tráfico e uso de drogas, além de estabelecer medidas de prevenção e tratamento de usuários e dependentes químicos.

**4.1.7.** Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088/2011: Esta portaria institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que organiza os serviços de saúde mental no Brasil e estabelece diretrizes para o funcionamento de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), unidades de acolhimento e outros serviços voltados para o tratamento de transtornos mentais e dependência química.

**4.1.8.** Resolução da ANVISA RDC nº 101/2001: Esta resolução dispõe sobre a comercialização de psicotrópicos e outros medicamentos controlados, estabelecendo normas para a prescrição, dispensação e controle dessas substâncias.

**4.1.9.** A instituição deverá possuir Projeto Terapêutico Institucional (PTI), contemplando as atividades e atendimentos desenvolvidos, as normas e rotinas da entidade, incluindo as normas e



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 39

critérios para altas (terapêuticas, administrativas, por desistência ou evasão) e os procedimentos em casos de intercorrências clínicas. O PTI deve estar disponível para todos os pacientes e seus familiares, a qualquer momento, sem necessidade de solicitação formal;

**4.1.10.** A entidade deverá possuir Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) com ações descritivas das técnicas e procedimentos relacionados ao cuidado do paciente. O POP deverá ser acessível e de conhecimento de todos os profissionais da equipe;

**4.1.11.** Possuir material adequado para a realização de contenção mecânica e descrição no Manual do POP das técnicas e procedimentos de contenção física e mecânica;

**4.1.12.** Quando realizada, a contenção física e mecânica deverá ser registrada no prontuário individual, com identificação do quadro que a motivou e do profissional que a autorizou, bem como do monitoramento do paciente enquanto contido;

➤ Manter prontuário individual de cada paciente, com evolução diária. O prontuário deverá conter:

- a) Dados de identificação (pessoal e familiar) e contatos familiares;
- b) Histórico do acompanhamento biopsicossocial prévio, incluindo institucionalizações anteriores;
- c) Histórico do uso de substâncias psicoativas (se houver);
- d) Motivo da internação;
- e) Evolução do vínculo familiar durante o período da internação;
- f) Atividades exercidas pelo paciente e sua frequência;
- g) Arquivos do acompanhamento do paciente na entidade;
- h) Encaminhamentos do paciente aos serviços do SUS, SUAS, e órgãos similares, inclusive aos familiares;
- i) Encaminhamentos visando à reinserção social;
- j) Discriminação das medicações, frequências de uso das mesmas e receitas médicas que as prescreveram.

**4.1.13.** Garantir o atendimento de acordo com as Normas, Pareceres e Instruções Normativas das Entidades de Classe (CREMESP, CRM, CRF, CRP, COREN, COFEN);

**4.1.14.** Elaborar o Projeto Terapêutico Singular do residente junto ao mesmo, a família e a equipe de saúde mental do município contratante;

**4.1.15.** O PTS desenvolvido na entidade prestadora de serviços deverá ser construído juntamente com o usuário do serviço, seus familiares e equipe de saúde do território de origem do usuário, respeitando as políticas públicas de saúde e assistência social, conforme as peculiaridades de cada caso;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 40

**4.1.16.** Ter quadro de recursos humanos em período integral, capacitado, especializado e condizente com número de residentes e atividades desenvolvidas, conforme legislação que a rege;

**4.1.17.** Ter equipe técnica multiprofissional formada por médico clínico e psiquiatra, psicólogo, assistente social, equipe de enfermagem 24h (enfermeiro, técnico de enfermagem ou auxiliar de enfermagem), educador físico, terapeuta ocupacional, nutricionista, pedagogo/psicopedagogo e monitores para atividades de reinserção social;

**4.1.18.** Oferecer atendimentos em grupos e individuais com psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, enfermagem e demais técnicos, nas diversas terapêuticas utilizadas, a saber : grupos de treinamento de habilidades sociais, grupo familiares, oficinas educacionais, culturais, esportivas entre outras, contempladas na grade de atividades diárias que deverá ser apresentada no rol de documentos quando da ocasião do pregão presencial, contendo não só atividades bem como qual profissional a realizará. Todas as atividades acima descritas devem ocorrer semanalmente.

**4.1.19.** Desenvolver a prática de atividades físicas e desportivas com profissionais habilitados;

**4.1.20.** Promover atividades culturais que propiciem o desenvolvimento de habilidades, valores, integração, reinserção na unidade e na comunidade, ampliando assim seu repertório social e cognitivo;

**4.1.21.** Oferecer alimentação de boa qualidade, com supervisão de nutricionista, seguindo normas vigentes de Vigilância Sanitária;

**4.1.22.** Oferecer toda assistência necessária, ao interno, incluindo condições de asseio e higiene, alimentação, assistência médica, medicamentos, materiais necessários para o desenvolvimento e atividades e demais materiais que se fizerem necessários no período de internação;

**4.1.23.** Reconhecer e respeitar a liberdade à orientação sexual inerentes a cada indivíduo, partindo-se do princípio da liberdade, autonomia, direito à intimidade e a vida privada;

**4.1.24.** Respeitar a liberdade de expressão religiosa, levando-se em consideração o direito de pensar, crer e se expressar livremente, conforme convicção de cada pessoa;

**4.1.25.** Proibir castigos físicos, psíquicos ou morais e/ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizam negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

**4.1.26.** Garantir o acompanhamento das recomendações médicas e/ou utilização de medicamentos, sob critérios previamente estabelecidos, acompanhando as devidas prescrições,



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 41

ficando a cargo do Serviço com equipe devidamente habilitada a isto, a responsabilidade quanto à administração, dispensação, controle e guarda dos medicamentos em local apropriado bem como o registro adequado dessas atividades;

**4.1.27.** Ter explicitado no seu Programa Terapêutico o tempo máximo de internação, evitando a cronificação do tratamento e a perda dos vínculos familiares e sociais;

**4.1.28.** Propiciar acessibilidade às informações a respeito do Programa Terapêutico à pessoa, seus familiares/responsáveis e a contratante;

**4.1.29.** Resguardar à pessoa em tratamento o direito de desistência sem qualquer tipo de constrangimento, executando-se casos de internação involuntária/compulsória, no caso em que ofereça risco imediato/segurança de vida para si ou para terceiros, avaliadas e documentadas por profissional médico responsável;

**4.1.30.** Apresentar à equipe técnica contratante, relatório mensal detalhado sobre atividades e tratamento a que se submeteram os pacientes internados bem como a evolução dos mesmos;

**4.1.31.** Comprometer-se a comunicar imediatamente ao contratante qualquer intercorrência que signifique a saída do interno da Instituição, seja ela, alta definitiva, alta terapêutica, alta a pedido, fuga, internação em hospital geral, devido a algum problema de saúde que assim o exija;

**4.1.32.** Oferecer atendimento à família durante o período de tratamento, com orientações sobre a doença, evolução e estratégias de acompanhamento pós-alta;

**4.1.33.** Possibilitar visitas periódicas e sempre que necessárias da equipe técnica designada pelo Secretário Municipal de Saúde;

**4.1.34.** A Clínica deve estar localizada no máximo até 300 km de distância do Município de Mogi das Cruzes, tendo em vista o objeto da contratação que envolve a ressocialização, a participação da família, bem como o desenvolvimento do PTS – Projeto Terapêutico Singular, que desenvolve e incentiva a autonomia do sujeito e o retorno mais breve possível a convivência em sociedade, conforme preconiza a Lei Federal 10.216/2001 (Lei Antimanicomial), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o assistencial em saúde mental.

### **4.2. Requisitos Mínimos das Instalações:**

- Dispor de estrutura física adequada para realização de todos procedimentos, atendimentos, oficinas e ações propostas;
- Propiciar acessibilidade às pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com as



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 42

legislações específicas vigentes, em todas as áreas (refeitório, banheiros, quartos, entre outras);

- Dispor de mobiliário constituído de material lavável, em bom estado de conservação em quantidade suficiente à demanda atendida;
- Dispor, no caso de quartos coletivos, com acomodações individuais, com área mínima de 5.5m<sup>2</sup>, por cama individual, permitindo a livre circulação, incluindo neste dimensionamento área para guarda roupas dos residentes;
- Fica vedado o uso de quarto de contenção, portas com trancas, que impeçam a livre circulação do usuário residente pelos ambientes acessíveis da entidade prestadora de serviço.
- Dispor de estrutura física específica de acordo com os critérios de elegibilidade, obedecendo aos critérios de separação por faixa etária, sexo e modalidade de tratamento.

### 4.3. Requisitos Mínimos de Documentos Técnicos

- Apresentar documentação atualizada e de acordo com o público-alvo:
- Alvará Corpo de Bombeiros,
- Alvará Sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, em que atesta que a clínica cumpre com os requisitos de higiene, segurança e boas práticas sanitárias exigidas para a prestação de serviços de saúde. Esse documento é crucial para garantir a segurança dos pacientes e a qualidade dos cuidados oferecidos pela clínica
- Alvará de funcionamento municipal, CNPJ e demais documentos para realização de ações e atividades propostas respeitando e atendendo integralmente e a legislação vigente.
- Apresentar Rotina de funcionamento e tratamento, definindo atividades obrigatórias e opcionais;
- Projeto Terapêutico Singular - PTS
- Registro das avaliações e cuidados dispensados pela equipe multidisciplinar; (Prontuario)
- Registro de atendimentos médicos; (Prontuario)
- Planejamento de Alta (Reunião com equipe do CAPS de referência do Município) para continuidade do tratamento pós Internação;
- Alta terapêutica;
- Desistência (alta pedido); Desligamento (alta administrativa); Evasão/fuga;
- Registro de atendimento aos familiares;
- Fluxo de referência e contra-referência para outros serviços de atenção a outros agravos;
- Grade de atividades semanais;
- Realizar o armazenamento de medicamentos controlados em conformidade com a Portaria MS nº344/1998, bem como o descarte adequado de resíduos sólidos e perfuro cortantes em conformidade com as rotinas da Portaria da ANVISA nº306/2004;
- Cadastro no CRM – Conselho Regional de Medicina (Pessoa Jurídica) conforme Lei 6.839/1980, comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina do Estado, necessária para garantir que os profissionais de saúde que atuam na clínica estejam devidamente licenciados e habilitados para exercer suas funções. Isso assegura que o tratamento fornecido seja realizado



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 43

por profissionais qualificados e em conformidade com as regulamentações éticas e legais.

- A cada 30 (trinta) dias, a instituição deverá encaminhar relatório assinado pelo seu responsável técnico ao Setor de Regulação de Vagas informando a situação do paciente e a previsão de alta;
- Possuir cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), compatível com o tipo de estabelecimento “Clínica Especializada”, pois é essencial para garantir que a clínica esteja devidamente registrada e reconhecida pelas autoridades de saúde competentes. Isso é fundamental para que a clínica possa operar legalmente e participar de programas de saúde governamentais, além de permitir o acompanhamento e a avaliação da qualidade dos serviços prestados.
- Visita Técnica ou Vistoria realizada pela Equipe de Apoio Técnico da SMS, a nova Lei de Licitação (Lei nº 14.133/2021) permite a vistoria técnica como forma e comprovação da qualificação técnica do licitante.
- Contratações na área de saúde exigem rigor na verificação de conformidade com normas sanitárias e éticas, tornando a visita técnica um elemento de segurança documental e operacional.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. E)

**5.1.** Os serviços de internação serão requisitados parceladamente de acordo com a necessidade desta Administração, mediante Ordem de Serviço, devidamente assinada por responsável da CONTRATANTE, onde será indicado os dados necessários para sua execução.

**5.2.** A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências deste Termo de Referência.

**5.3.** Durante o período da ata de Registro de Preços, a(s) empresa(s) contratada(s) poderá(ão) ser vistoriadas por um Fiscal Sanitário da Prefeitura, sendo que será realizado relatório no ato da vistoria, que será assinado pelos referidos profissionais e pelo responsável da empresa. Caso o órgão fiscalizador encontre irregularidades, serão adotadas providências para a rescisão da Ata de Registro de Preços.

**5.4.** A Contratada deve apresentar comprovação de que o licitante prestou serviços compatíveis com os ofertados, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**5.5.** Entende-se por pertinentes e compatíveis o(s) atestados(s) que comprove(m) capacidade de prestação de serviços de 50% (cinquenta por cento) ou mais do objeto que a licitante pretende participar.

**5.6.** Declaração de que atende a todas as exigências técnicas constantes deste Termo de Referência e também que possui as instalações mínimas nos moldes exigidos e que comprometer-



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 44

se a apresentar a equipe técnica indicada no Requisitos de Funcionalidade deste Termo de Referência, **em até 05 (cinco) dias após ser declarada vencedora.**

**5.7.** A(s) empresa(s) considerada(s) vencedora(s) poderá(ão) apresentar a equipe técnica solicitada acima na sessão de abertura dos envelopes.

### **6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (art. 6º, inc. XXIII, AL. F)**

**6.1.** O Prazo para início da prestação dos serviços após emissão da ordem de serviço, informamos que a ordem de serviço somente é emitida após indicação médica e ordem judicial para cumprimento da internação, específica para cada paciente, portanto, na execução a Ordem de Serviço tem sua validade efetivada no primeiro dia de internação do paciente.

**6.2.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ATA, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se o disposto no art. 84 do mesmo dispositivo legal, podendo ser prorrogado por igual período, inclusive com a renovação dos quantitativos iniciais.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inc. XXIII, AL. G)**

**7.1.** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e aprovação da fatura (Nota Fiscal) pela Secretaria solicitante, sendo pagos apenas os serviços efetivamente realizados.

**7.2.** Serão emitidas Notas Fiscais com período de internação mensal (30 dias) enviadas ao Contratante para conferência e aceite, e prosseguimento aos tramites para pagamento.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inc. XXIII, AL. H)**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, com adoção do critério de julgamento menor preço por item.

### **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inc. XXIII, AL. J)**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por Recursos Próprios, sendo que na expedição da Nota de Empenho, ou documento equivalente, serão informadas as fichas orçamentárias e os respectivos vínculos.

### **10. CERTIFICAÇÃO**



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 45**

**10.1.** Certificamos que este documento atende integralmente os requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º, incisos do § 1º do art. 40, da lei nº 14.133, de 2021.

**REBECA RIBEIRO BARUFI ORECHOWSKI**  
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 46**

**ANEXO II**

**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

**PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES**

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar

Mogi das Cruzes - São Paulo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00014593/2026-11**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, SEXO MASCULINO E FEMININO, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

**PREZADOS SENHORES:**

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01						
...						

**VALOR TOTAL: R\$**

**(\*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens CATSER mais semelhantes ao descrito no Termo de Referência. Havendo divergência entre as descrições dos serviços/equipamentos existentes no Termo e a utilizada pelo Sistema Compras.gov, deverá prevalecer o estabelecido no Termo de Referência.**

**DADOS BANCÁRIOS:** \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE:**

. Em nossos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, fretes, descontos, bonificações, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas incidentes no fornecimento, se houver, não estando embutidos encargos financeiros agregados ao seu valor

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 47**

econômico, estando, portanto, ofertado(s) preço(s) à vista.

. Nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

. A execução dos serviços será efetuada de conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

. O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias contados da data de envio da proposta.

. Conhecemos as condições do Edital e seus Anexos, sujeitando-nos ao seu fiel cumprimento.

**DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**Da Empresa:**

- Nome e endereço completo
- Filial representante (se houver)
- CNPJ
- Inscrição Estadual
- Telefone(s)
- E-mail

**Do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e do Termo de Ciência e Notificação:**

- Nome
- Nacionalidade
- Estado Civil
- Cargo
- CPF
- RG (nº e órgão expedidor)
- Data de nascimento
- Endereço residencial completo
- E-mail institucional
- E-mail pessoal
- Telefone(s)

Atenciosamente,

Nome do signatário, função na empresa, assinatura, RG. e CPF.



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 48**

**ANEXO III**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026**

**PROCESSO SEI Nº 3530607.422.00014593/2026-11**

**Tipo de Licitação: Menor Preço**

**Repartição Interessada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM - ESTAR**

O **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.270/0001-88, com sede nesta cidade, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e neste ato referendado pela **Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar, REBECA RIBEIRO BARUFI ORECHOWSKI**, portador(a) da CIRG nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF nº ....., portador(a) da CIRG nº ..... e inscrito(a) no CPF/MF nº ....., em face do resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 43/2026**, objeto do procedimento administrativo nº 3530607.422.00014593/2026-11, regularmente homologado pela autoridade competente, resolve registrar os preços para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, SEXO MASCULINO E FEMININO, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**, destinado à Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar, oferecido pela empresa ....., estabelecida na ....., Inscrição Estadual nº. ...., neste ato representada por ....., inscrito no C.P.F/MF. sob nº. .... e portador da Cédula de Identidade R.G. nº. ...., observadas as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

**1.1** - Constitui objeto deste instrumento, o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES A TRATAMENTO AMBULATORIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, SEXO MASCULINO E FEMININO, PARA ADOLESCENTES E ADULTOS DE CARÁTER INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**, tudo na forma e especificações abaixo e demais elementos que compõe o Processo SEI nº 3530607.422.00014593/2026-11, o qual, doravante, fica fazendo parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021,



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 49

Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, com suas alterações posteriores, Decreto Municipal 22.144 de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal 22.435 de 3 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal 22.449 de 11 de janeiro de 2024), conforme especificações abaixo:

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

**1.2** - O valor total da presente Ata de Registro de Preços é R\$ xxxxxxxxxxxx (valor por extenso).

**1.3** - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata

### **CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO:**

**2.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

**2.2.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2.3.** Além da prorrogação da vigência, poderá ser admitida a renovação do quantitativo, em conformidade com os princípios da publicidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**2.4** - A presente Ata de Registro de Preços vincula-se ao **Edital do Pregão Eletrônico nº 43/2026, seus anexos**, e sua proposta em todos os seus termos.

**2.5** - As quantidades estimadas não obrigam a Administração ao seu consumo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO:**

**3.1.** A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências deste Edital, garantindo a correção imediata dos serviços, sem qualquer ônus para a Prefeitura, caso esteja em desacordo.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 50

**3.2.** Mesmo na vigência do Registro de Preços a Prefeitura poderá promover, a seu critério, outros certames licitatórios para os mesmos serviços, desde que seja de interesse público.

**3.3.** Os serviços não condizentes com as regras aqui estabelecidas deverão ser refeitos após o recebimento da notificação escrita do órgão da Prefeitura, correndo todos os custos pela empresa CONTRATADA.

**3.4.** Os serviços de internação serão requisitados parceladamente de acordo com a necessidade desta Administração, mediante Ordem de Serviço, devidamente assinada por responsável da CONTRATANTE, onde serão indicados os dados necessários para sua execução.

**3.5.** A detentora da ata deverá apresentar: responsável pelo recebimento dos pedidos a serem enviados pela CONTRATANTE, endereço, telefone, endereço eletrônico e e-mail, devendo manter estes dados atualizados durante toda a execução da Ata de Registro de Preços.

**3.6.** Qualquer alteração na prestação dos serviços, somente poderá ser realizada, quando previamente solicitada e, devidamente analisada e autorizada pela CONTRATANTE, desde que não se tenha influência na qualidade e preços contratados.

**3.7.** Durante o período da Ata de Registro de Preços, a(s) clínica(s) contratada(s) poderá(ão) ser vistoriada(s) por um Fiscal Sanitário da Prefeitura, sendo que será realizado relatório no ato da vistoria, que será assinado pelos referidos profissionais e pelo responsável da empresa. Caso o órgão fiscalizador encontre irregularidades, serão adotadas providências para a rescisão da Ata de Registro de Preços sem prejuízo de outras providências legais.

**3.8.** A empresa deve manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação nos termos do art. 92, inc. XVI da Lei 14.133/2021.

**3.9.** A execução dos serviços, bem como os prazos e demais quesitos, deverão ser cumpridos rigorosamente de acordo com o constante do **Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 43/2026**.

**3.10.** A empresa que descumprir tais exigências será apenada, nos termos da cláusula sexta desta Ata.



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 51**

**CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**4.1.** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e aprovação da fatura (Nota Fiscal) pela Secretaria solicitante, sendo pagos apenas os serviços efetivamente realizados.

**4.2** - Serão emitidas Notas Fiscais com período de internação mensal, enviadas ao Contratante para conferência e aceite, e posterior envio para pagamento

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

**5.1** - Nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando a vigência do registro de preços superar o prazo de 12 (doze) meses, poderá ser concedido o reajuste de preços.

**5.1.1** - O reajuste será baseado no IPCA, ou outro índice oficial que o substitua.

**5.1.2** - O percentual do índice a ser aplicado no reajuste será o apurado após o 12º mês da data do orçamento estimado, nos termos da Lei Federal 10.192/2001.

**5.2** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor do registro de preços, mediante requerimento comprovando a existência de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, o Município poderá adotar uma ou mais, simultaneamente, das seguintes opções:

**5.2.1** - Atualizar os preços registrados, de acordo com a realidade do mercado.

**5.2.2** - Convocar os demais licitantes visando igual oportunidade de negociação.

**5.3** - Na hipótese de não comprovação de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela autoridade competente e a detentora deverá cumprir com as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

**5.4** - Eventual pedido de realinhamento de preços não suspende o fornecimento dos equipamentos cujas Autorizações de Fornecimento já tenham sido encaminhadas ao fornecedor.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 52

**5.5** - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 60 (sessenta) dias.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:**

**6.1** - Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I** - dar causa à inexecução parcial Ata de Registro de Preços;
- II** - dar causa à inexecução parcial Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - dar causa à inexecução total Ata de Registro de Preços;
- IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - não celebrar o contrato (Ata de Registro de Preços) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução Ata de Registro de Preços;
- IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução Ata de Registro de Preços;
- X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**6.2** - Pelas infrações previstas no **item 6.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I** – Advertência;
- II** – Multa;
- III** – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**6.2.1** - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial Ata de Registro de Preços;

**6.2.2** - A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 53

infrações administrativas previstas no **item 6.1**, observados os seguintes limites máximos:

**a)** Nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;

**b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;

**c)** Em caso de não entrega do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

**6.2.3** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 6.1 deste edital.

**6.2.4** - A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 20.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 6.2.3 deste edital.

**6.3** - Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;  
**b)** as peculiaridades do caso concreto;  
**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;  
**d)** os danos que dela provierem para a administração pública;  
**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.4** - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

**6.5** - As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 54

**6.6** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**6.7** - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **7.1 - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**7.1.1** - A empresa deverá receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas na Ata;

**7.1.2** - A empresa receberá o atesto pelo recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

**7.1.3** - A empresa receberá formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do registro de preços, até para que a empresa possa proceder às correções cabíveis;

**7.1.4** - A empresa receberá os pagamentos nas condições estabelecidas neste instrumento;

**7.1.5** - A empresa cumprirá fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os equipamentos licitados no prazo, em local e horário indicados;

**7.1.6** - A empresa arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos licitados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

**7.1.7** - A detentora da Ata prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura, credenciando junto ao Órgão um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 55

**7.1.8** - A detentora da Ata comunicará a à Administração por escrito quando por problemas técnicos os prazos citados na Ata não puderem ser cumpridos, cabendo a este Poder aceitar ou rejeitar as justificativas;

**7.1.9.** No que for pertinente, a empresa deverá se ater as disposições da Lei Federal 13.709/18 - LGPD - quanto a proteção dos dados tanto da Prefeitura quanto dos beneficiários.

**7.1.10** - A empresa compromete-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas.

### **7.2. OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE:**

**7.2.1** - Expedir a respectiva Ordem de Serviço;

**7.2.2** - Manter a fiscalização necessária para acompanhamento dos serviços;

**7.2.3** - Efetuar os pagamentos que forem devidos à CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e nos elementos que o integram;

**7.2.4** - Comunicar à empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**7.2.5** - Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, informando-a sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados;

**7.2.6** - Nomear servidor para exercer a função de gestor da Ata de Registro de Preços, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a responsabilidade do órgão fiscalizador deverão ser direcionadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;

**7.2.7** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora da Ata com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 56

**7.2.8** Executar as demais obrigações definidas no Termo de Referência anexado ao Pregão Eletrônico nº 43/2026, que ficam fazendo parte do presente independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR:**

**8.1** - A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para tal pela Administração;

**8.2** - A Fiscalização poderá rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos realizados, se em desacordo com o Termo de Referência;

**8.3** - Nos termos da Lei nº 14.133/2021, caberá:

**8.3.1** - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata ou contrato decorrente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**8.3.2** - Receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição dos equipamentos, encaminhando-a ao setor responsável para pagamento;

**8.3.3** - Emitir pareceres (ou documentos equivalentes) em todos os atos relativos à execução dos fornecimentos, em especial no tocante à eventual aplicação de sanções;

**8.4** - A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da detentora da ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

**8.5** - Os fornecimentos deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

**8.6** - A detentora da Ata será obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**8.7** - O prestador de serviços será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços, e



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 57

não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**8.8** - Somente o detentor da ata de registro de preços será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

**8.9** - A inadimplência da detentora da Ata em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou documento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**8.10** - As comunicações entre o órgão ou entidade e a detentora da Ata devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.11** - A Atuação do Gestor da Ata deverá ser conforme os art.20 a 21 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>.

**8.12** - A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade do servidor: xxxxxx

### **CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL**

**9.1** - A empresa ficará obrigada a executar os fornecimentos indicados pela **Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar**, conforme consta na cláusula primeira, rigorosamente de acordo com as especificações, tendo como Fiscal o servidor municipal: xxxxxx.

**9.2** - A atuação do Fiscal deverá ser exercida em conformidade com o disposto nos art. 22 a 23 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>.

### **9.3 - Compete ao fiscal:**

**9.3.1** - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor da Ata de Registro de Preços, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

**9.3.2** - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando prazo para a correção;



---

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 58

**9.3.3.** Informar ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**9.3.4.** Comunicar imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução dos serviços nas datas aprazadas;

**9.3.5.** Demais ações previstas no Decreto Municipal 22.449/24.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESERVA DE CARGOS:**

**10.1** - A detentora da Ata deverá cumprir com a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sob pena de cancelamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTICORRUPÇÃO:**

**11.1** - Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata de Registro de Preços, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**12.1** - O Município de Mogi das Cruzes poderá, a qualquer tempo, cancelar o Registro de Preços, no interesse público, sem que caiba direito a indenização de qualquer espécie, em especial quando os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado, ou pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do presente instrumento, observadas as disposições legais pertinentes;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**13.1** - As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por Recursos Próprios, sendo que na expedição da Nota de Empenho, ou documento equivalente, serão informadas as fichas orçamentárias e os respectivos vínculos.



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 59**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO:**

**14.1** - As partes elegem o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes - SP como seu domicílio legal, para qualquer procedimento decorrente do cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 1 (uma) via, digitada apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando com a Administração, tudo na presença das duas testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais (acesso público pelo site [www.mogidascruzes.sp.gov.br](http://www.mogidascruzes.sp.gov.br)). Lavrado e registrado, nesta data, na Secretaria de Governo.

**MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, em .... de ..... de 2026.

**REBECA RIBEIRO BARUFI ORECHOWSKI**  
Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar

**EMPRESA**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



# MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 60

## ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### CADASTRO DE RESERVA

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com **preços iguais aos do adjudicatário**:

Fornecedor: \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Nomenclatura	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item	Nomenclatura	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 61**

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 62**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela Contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela Contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados

---

**Prefeitura de Mogi das Cruzes**

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



# **MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 63**

relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



**MOGI DAS CRUZES**

PREFEITURA MUNICIPAL

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - FLS. Nº 64**

**ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ Nº** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CNPJ Nº:** \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** \_\_\_\_\_

**DATA DA ASSINATURA:** \_\_\_\_\_

**VIGÊNCIA:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

**VALOR (R\$):** \_\_\_\_\_

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supraepigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**MOGI DAS CRUZES**, em ... de ..... de 2026.

**REBECA RIBEIRO BARUFI ORECHOWSKI**

Secretária Municipal de Saúde e Bem-Estar

---